DISCURSO DE POSSE

Nilson Holanda

I. — O PAPEL E AS TRADIÇÕES DO INSTITUTO DO CEARÁ

Há poucos mais de quatro anos, quando tive a honra de receber o título de Sócio Honorário do Instituto do Ceará (no dia 1.º de julho de 1977), pronunciei um pequeno discurso, do qual tomo a liberdade de repetir, agora, alguns trechos:

> "Todos sabem que, sob a égide desta Instituição quase centenária, se têm reunido sucessivas gerações de estudiosos e pesquisadores, que constituíram, no passado, como representam agora, o que há de mais expressivo nas tradições culturais e científicas do nosso Estado.
>
> O Ceará inteiro tem acompanhado o trabalho pertinaz e silencioso que aqui se desenvolve para desvendar os mistérios de nossa conturbada história, conhecer os desafios de nossa geografia ingrata e difundir e preservar as conquistas de nossa ciência e de nossa literatura.
>
> Trabalho de paciência beneditina, de dedicação comovente, de honestidade incomparável. Feito à míngua dos recursos os mais elementares, mas fundamentado em um idealismo quase perdulário. E por isso mesmo admirável e generoso, a par de produtivo e fecundo.
>
> Em uma nação desacostumada a cultuar a sua memória, aqui se tem realizado notável esforço para

reunir e preservar um acervo de documentos da maior significação para a pesquisa histórica, geográfica, antropológica e cultural do Ceará e do Nordeste.

Toda a vida literária e econômica do nosso Estado foi intensa e profundamente analisada mercê dos ambiciosos projetos de pesquisa que, seguidamente e por muitos anos, foram executados pelos membros do Instituto. E hoje os resultados de muitas dessas pesquisas já se encontram à disposição dos estudiosos, publicados que foram em sucessivas monografias e periódicos exemplares da Revista do Instituto, que documentam a intensa atividade editorial da Instituição.

Nesta era de descontinuidade — para usar a expressão de Drucker — e em um País como o nosso, cujas instituições quase sempre são efêmeras e instáveis, o Instituto do Ceará constitui um singular exemplo de solidez, permanência e continuidade.

Fundado em 1887, tem mantido por 90 anos uma liderança inconteste entre os diferentes órgãos que, nesse longo período, procuraram aglutinar os esforços da intelectualidade cearense.

Nesses 90 anos apenas 5 Presidentes dirigiram os destinos da Entidade — flagrante evidência da desambição e do idealismo de quantos aqui têm labutado. De PAULINO NOGUEIRA, primeiro Presidente aos dois THOMAZ POMPEU, o tio e o sobrinho; do BARÃO DE STUDART, ao seu ilustre descendente, Gen. CARLOS STUDART FILHO, atual Presidente desta Casa, aqui se forjou uma linhagem pura e retilínea de nobres da ciência e devotos da cultura. Dentre estes, permito-me render minhas homenagens àquele que constitui o nome tutelar desta Casa — o BARÃO DE STUDART, de quem diz

RAIMUNDO GIRÃO que foi um indormido operário do cultivo das belas letras e das ciências e sabia do conceito de WILLIAM JAMES: o melhor que podemos fazer da vida é consumí-la em alguma coisa mais duradoura que ela mesma.

As 134 publicações que nos foram deixadas pelo BARÃO DE STUDART, de acordo com o catálogo organizado por RAIMUNDO GIRÃO, atestam bem a magnitude e a profundidade do trabalho realizado pelo grande pesquisador.

Por todas essas razões, qualquer brasileiro teria de sentir-se profundamente orgulhoso ao receber o título que hoje me é conferido".

Essas palavras, eu as subscrevo, neste momento, com maior vigor, porque mais intensa é a alegria e mais elevada a honra, quando este Instituto, de forma generosa e amiga, abre suas portas para acolher-me, como seu sócio efetivo, na cadeira que pertenceu ao ilustre Prof. JOÃO BATISTA SARAIVA LEÃO.

II — CARACTERÍSTICAS E RAÍZES DA CRISE BRASILEIRA

Quanto mais medito sobre os problemas do nosso País, tanto mais me convenço de que as raízes da crise brasileira se encontram exatamente no nosso pouco zelo pelas cousas da ciência e da cultura, na nossa baixa prioridade para a pesquisa e a educação, e no descaso ou desatenção que sempre tivemos para com nossa herança histórica e cultural.

Falei em crise brasileira e alguns poderão estranhar o termo. Afinal de contas, o ufanismo continua a ser a característica dominante das concepções mais correntes sobre o nosso País e o nosso Povo.

Sem dúvida, no conjunto das nações subdesenvolvidas ou insuficientemente industrializadas, o Brasil ocupa uma posi-

ção singular, pelo seu potencial de recursos naturais e humanos, e favoráveis tradições de independência política, ausência de conflitos bélicos e integração com a cultura do mundo ocidental. Tudo isso deveria contribuir para uma ascensão relativamente fácil do País ao clube restrito dos países ditos desenvolvidos.

Todavia, a crise brasileira resulta justamente de nossa incapacidade para transformar, de forma satisfatória e com a rapidez desejada, esse potencial em realidade.

Ninguém poderá negar os significativos progressos alcançados pelo Brasil, no período do após-guerra, e mais particularmente, nas duas últimas décadas.

Mas não é possível também obscurecer o fato de que o ritmo do nosso desenvolvimento tem sido insuficiente, e o seu estilo inadequado, para construir a sociedade progressista, estável.

Conquanto nos seja atribuída a duvidosa e imprecisa qualificação de potência emergente, a verdade é que não conseguimos resolver ainda nenhum dos problemas básicos que nos afligem desde os tempos mais remotos ainda da nossa história, quais sejam: crescimento econômico, estabilidade monetária, equilíbrio externo, desenvolvimento social e desenvolvimento político.

Do ponto-de-vista do **desenvolvimento econômico**, "strictu sensu", temos alcançado, por vezes, elevadas taxas de crescimento da renda nacional. Todavia, uma visão histórica desse processo evidencia a sua natureza intermitente, insegura e aleatória, a par de distorções graves que impõem à sociedade brasileira elevados custos sociais e políticos.

Por outro lado, parte desse progresso econômico pode ser considerado ilusório, porque baseado na exploração predatória de recursos naturais ou tendo como conseqüência a marginalização de importantes segmentos da sociedade.

O segundo problema é o da **estabilidade monetária.**

No Brasil, temos uma tradição secular de desorganização financeira e desregramento monetário. Ao contrário de outros países, tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos, onde os períodos de inflação se têm alternado com períodos de estabilidade de preços, a nossa história mostra uma excessiva indulgência para com os perigos da tentação inflacionária.

Em todo o período republicano, somente dois Governos, a rigor, assumiram compromissos firmes e executaram políticas coerentes de combate à inflação: o Governo CAMPOS SALES, de 1898 a 1902, e o Governo Castelo Branco de 1964 a 1966.

De Campos Sales diz AFONSO ARINOS que "o historiador objetivo deve, antes de tudo, colocar-se no quadro das idéias e processos governativos da época" para poder julgar a orientação financeira de então, e que "nesse quadro, o saldo de sua administração (de CAMPOS SALES) é francamente positivo. A idéia do desenvolvimento nacional, baseado na industrialização e na tecnologia não podia dominar naquela paragem do século. O interesse nacional repousava, segundo acreditava todo o grupo dirigente, na solidez do crédito externo e na balança comercial favorável. O lado negativo foram os sacrifícios penosos impostos ao povo pelo regime de austeridade"(*).

É curioso como essa citação ilustra a concepção dominante no País em relação ao problema inflacionário. Observa-se aí que ao elogio explícito se contrapõe uma crítica implícita como se a estabilidade de preços fosse incompatível com o desenvolvimento e a industrialização.

E até mesmo um espírito lúcido como o de AFONSO ARINOS não conseguiu escapar ao fetiche nacional de pretender obter benefícios sem fazer sacrifícios.

(*) In **Rodrigues Alves**, vol I, pág. 152, citado por Célio Debes em Campos Sales, Perfil de um Estadista, vol. II, pág. 499.

Mais recentemente, no Governo CASTELO BRANCO, fez-se um grande esforço de reorganização do nosso sistema monetário. Esse trabalho, porém, revelou-se ainda tímido e insuficiente, e além disso, foi descontinuado nos Governos seguintes, particularmente no período de 1968 a 1973, quando se praticou no Brasil um trepidante neo-keynesianismo, em que a aceleração da taxa de crescimento parecia ser a preocupação máxima da política governamental. Nesse período, subestimou-se a gravidade dos desequilíbrios financeiros e monetários que iriam explodir em 1974, potencializados pela crise do petróleo, gerando a conturbação econômica que estamos vivendo desde então é que é bem caracterizada pela chamada inflação de três dígitos de 1980 — a mais elevada de que se tem notícia na história econômica do País.

O terceiro problema diz respeito à **dependência externa** e ao desequilíbrio crônico do nosso balanço de pagamentos.

Também aqui os progressos alcançados depois de 1964 não foram suficientes para assegurar o adequado ajustamento da economia brasileira às vicissitudes naturais e previsíveis do comércio internacional, agravadas, é certo, com os dois choques do petróleo de 1974 e 1979.

Tivemos ganhos marginais, mas o problema estrutural continua o mesmo: dependência excessiva de recursos e de tecnologia externa para promover o desenvolvimento do País. Para contornar esse problema, o Governo não dispõe, a curto prazo, de outra alternativa que a de hipotecar o futuro do País, elevando o seu endividamento externo a proporções cada vez mais preocupantes.

O quarto problema está relacionado com a **dimensão social do desenvolvimento.** Até que ponto as elevadas taxas de crescimento econômico dos últimos 15 anos têm-se traduzido em efetiva melhoria dos padrões de vida e bem-estar da população brasileira em seu conjunto?

Seria ocioso ignorar os grandes progressos alcançados nesse campo nos últimos anos. Aumentou consideravelmente a disponibilidade de bens e serviços per capita. Parcela crescente de população se incorporou à economia urbana e de mercado. As oportunidades se multiplicaram e o padrão médio de bem-estar da população é bem mais elevado que o de 20 ou 30 anos atrás.

Todavia, forçoso é reconhecê-lo, persistem sérios problemas sociais que nos preocupam não apenas pela sua dimensão atual como pela projeção futura do seu agravamento.

Este é o clássico problema de distribuição de renda que, por sua natureza complexa e multifacetada, e por suas implicações políticas se presta, com freqüência, a interpretações distorcidas e proposições demagógicas.

Do ponto de vista estritamente econômico, três dos seus desdobramentos nos parecem mais relevantes: o problema do emprego, o problema dos desequilíbrios regionais e o problema dos investimentos sociais.

No que se refere a emprego, a experiência dos últimos anos demonstra que as altas taxas de crescimento da economia brasileira não têm sido suficientes para assegurar oportunidades de ocupação produtiva a toda a mão-de-obra disponível. Os índices de desemprego e subemprego continuam extremamente elevados. E esse desperdício de recursos humanos torna mais penosa a nossa caminhada em busca do desenvolvimento.

O problema dos desequilíbrios regionais é bem conhecido entre nós. Em trabalho recente, mostrei que o Nordeste continua a ser a mais extensa e populosa região subdesenvolvida do mundo ocidental, com uma renda per capita inferior à de qualquer País da América Latina, à exceção da Bolívia e do Haiti. Mais ainda: nos últimos 20 anos (1960/80), as disparidades de renda que separam a região nordestina do resto do País, ao invés de diminuirem, parecem ter aumentado(*).

(*) Nilson Holanda, **Desenvolvimento e Planejamento Regional no Brasil**, documento apresentado ao Seminário patrocinado pela CEPAL e CENDEC, Brasília, dezembro de 1981.

No que diz respeito ao investimento social, tem ficado patente, também que, seja por insuficiência de meios, seja por prioridades distorcidas, estamos criando um perigoso hiato entre necessidade e disponibilidades de serviços básicos, notadamente na área de educação, o que poderá comprometer seriamente as nossas aspirações de emergência, a médio prazo, como nação poderosa e civilizada.

Finalmente, o quinto problema está relacionado com os modestos progressos feitos até agora na busca de uma adequada **organização política**, que assegure à nossa população requisitos mínimos de independência, estabilidade, participação e liberdade com responsabilidade.

Todos esses problemas econômicos, sociais e políticos se entrelaçam e se interpenetram, como elementos inerentes ao processo de modernização e transformação estrutural da sociedade, de que resulta o desenvolvimento, na sua expressão mais real ou essencial.

III — CULTURA E DESENVOLVIMENTO

É provável, porém, que, ao desdobrarmos esse processo em seus componentes básicos, tenhamos perdido algo, em termos de uma visão global e sintética do fenômeno.

O exame detalhado das partes nos faz perder a visão do conjunto. Vislumbramos o particular, o acidental, e o transitório e não conseguimos enxergar o global, o essencial, e o permanente.

Por isso, se nos fosse permitido falar de uma filosofia de desenvolvimento, no sentido de uma reflexão crítica e radical sobre as características desse processo, não teríamos dúvida em concluir que o desenvolvimento de um País é função de sua **cualtura**.

Cultura na sua acepção mais abrangente, envolvendo educação, ciência, tecnologia, instituições, crenças, atitudes, sistemas de valores e normas de comportamento social.

Cultura no sentido de uma fonte espiritual rica e perene, que habilita a sociedade a reagir, de forma criativa, aos desafios, transformações e conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento.

Sabemos que o termo cultura se presta a múltiplas interpretações. Conforme observa WERNER JAEGER, em seu livro **Paideia**, "hoje estamos habituados a usar a palavra cultura não no sentido de um ideal próprio da humanidade herdeira da Grécia, mas antes numa acepção bem mais trivial, que a estende a todos os povos da terra, incluíndo os primitivos. Entendemos assim por cultura a totalidade das manifestações e formas de vida que caracterizam um povo. A palavra converteu-se num simples conceito antropológico descritivo. Já não significa um alto conceito de valor, um ideal consciente".

Por isso, deveríamos talvez qualificar o termo, falando de cultura moderna, de base helênica ou ocidental, racionalista e humanista. Fundamentada na crença sobre o homem como ser pensante, capaz de decidir o seu próprio destino, como fonte e objeto do desenvolvimento.

Assim, retornando, de certa forma, ao idealismo alemão, que MARX havia subvertido, podemos afirmar que a superestrutura cultural condiciona a infra-estrutura econômica. Não se pretende dizer que aquela seja causa desta, mas que há uma relação bi-unívoca entre os dois fatores ou, pelo menos, que o desenvolvimento cultural é uma precondição para o desenvolvimento econômico.

A vasta experiência de programas de desenvolvimento em todo o mundo tem demonstrado que é inútil a tentativa de promover o desenvolvimento econômico, quando a sociedade não dispõe de uma base cultural compatível com as exigências desse processo.

Quando muito, conseguimos apenas criar economias dualistas, para usar a expressão de BOEKE, ou economias-encla-

ve, na interpretação de SINGER, estranhas ilhas de modernidade em meio a um vasto oceano de atraso, incultura e subdesenvolvimento.

O desenvolvimento passa a ser assim um conceito ilusório e artificial, um jogo fútil de números e índices, uma espécie de contabilidade falsa, por ser um processo exógeno, imposto de fora para dentro, superposto — ao invés de integrado — à estrutura social do País, sem capacidade de auto-sustentação ou de difusão dos seus benefícios e, por isso mesmo, fonte permanente de paradoxos, frustrações e perplexidades.

Por isso, ousamos afirmar que a origem dos nossos problemas está na baixa prioridade que ainda atribuímos às cousas da inteligência, da ciência e da cultura.

IV — EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Nesse campo, o nosso progresso tem sido lento e inseguro. E alguns poucos números e comparações internacionais comprovarão a assertiva.

Em termos de gastos públicos com educação, não conseguimos ultrapassar, em anos recentes, uma proporção de 4% do Produto Interno Bruto do País. Esta era a proporção observada para os Estados Unidos, no final do século passado, sendo que, em meados da década de 50, esse índice já se havia elevado, naquele País, para quase 28%.

O Censo de 1980 revelou que, a despeito de um progresso relativo e contrariando as previsões otimistas do MOBRAL, ainda estamos longe do nosso objetivo de erradicação do analfabetismo. Foram recenseados 31,6 milhões de analfabetos, na população de 5 anos ou mais, correspondente a quase um terço (31%) da população nessa faixa etária (o índice de 1960 era de 60% e a previsão do MOBRAL para 1980 era de 14%).

O 1.º PND, elaborado em 1972, estabelecia como uma de suas metas principais, no campo educacional, a universalização do ensino fundamental, até 1980, para a população de 7 a 14 anos de idade.

Infelizmente não conseguimos alcançar essa meta. A história mostra, no entanto — conforme assinala a escritora BARBARA TUCHMAN, em seu excelente livro **The Proud Tower** — que a Alemanha, em 1860, já assegurava a toda a sua população em idade escolar uma educação fundamental de alto padrão de qualidade.

Por isso, a vitória de Bismarck no conflito franco-prussiano de 1870 foi muitas vezes atribuída à superioridade do mestre-escola alemão.

Passando da análise histórica para uma avaliação de experiências contemporâneas, o nosso atraso fica ainda mais evidente.

Estimativas do Banco Mundial indicam que a nossa taxa de escolarização, a nível primário, em 1978, era de 88%, percentagem inferior à de muitos países mais pobres da África e da Ásia, como o Sri Lanka (94%), o Zaire (90%), o Zimbabwe (97%) as Filipinas (98%) e a Tunisia.

Todavia, o exemplo mais surpreendente da relação entre educação e desenvolvimento é o do Japão. Até meados do século passado, quando o Brasil já tinha algumas décadas de independência e estava razoavelmente integrado no mundo e na civilização ocidental, o Japão era um país semi-feudal, completamente isolado e fechado para o mundo.

A partir da chamada Restauração Meiji, que se inicia em 1868 e vai até 1912, o Japão adota uma política deliberada e firme de intensa modernização. Já em 1908 o seu sistema educacional atendia a 90% de sua população escolarizável de nível primário. Em 1938, o analfabetismo estava totalmente erradicado.

Jovens japoneses foram enviados aos milhares para o Exterior, com o objetivo de estudar a ciência e a tecnologia do Ocidente e as suas instituições políticas e organizações econômicas.

Como assinala LOCKWOOD, em seu livro **The Economic Development of Japan**, o extraordinário desenvolvimento do Japão foi mais que uma simples absorção pelos japoneses das motivações econômicas e da tecnologia do Ocidente. "O seu ritmo refletiu a liberação de forças endógenas há muito tempo latentes no Japão. Ao mesmo tempo, o seu progresso continuou a ser modelado por características nacionais profundamente enraizadas na milenar cultura do Japão" (p. 11).

LOCKWOOD observa ainda que, excluída a preocupação com a defesa e a unidade nacional, o fator mais importante para explicar o desenvolvimento do Japão, "foi a atitude adotada, desde o início, com relação à educação" (p. 510).

E depois de historiar o extraordinário esforço desenvolvido pelo Governo para expandir e aperfeiçoar o sistema educacional, conclui LOCKWOOD: "nenhum outro empreendimento do Estado pagou melhores dividendos à Nação" (p. 512).

Outro fator importante para o desenvolvimento, e estreitamente relacionado com a educação, é o da pesquisa científica e tecnológica.

Estima-se que os países industrializados investem cerca de 2 a 4% do seu produto nas atividades chamadas de pesquisa e desenvolvimento (**research and development**, ou, abreviadamente, **R & D**), enquanto a proporção correspondente dos países subdesenvolvidos não ultrapassa 0,2 a 0,6%.

No Brasil temos investido pouco e tardiamente em pesquisa básica ou aplicada.

Somente a partir do 1.º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) é que a pesquisa científica e tecnológica passou a receber uma atenção prioritária no contexto da política nacio-

nal de desenvolvimento. Mesmo assim os recursos canalizados para essa atividade ainda são insuficientes e utilizados, talvez, a baixos níveis de eficiência.

Para dar uma idéia da dimensão do problema, basta mencionar que, no ano passado, uma única empresa americana — a DUPONT — tinha um orçamento de pesquisa e desenvolvimento da ordem de US$ 570 milhões, que correspondia a três vezes o orçamento da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária) para todo o Brasil.

Correríamos o risco de alongar-nos em demasia, se fôssemos discorrer sobre as vicissitudes e problemas que enfrentam as nossas Universidades e órgãos de ensino e os nossos institutos de pesquisas científicas e culturais.

O que importa registrar é que, bem ou mal, esses órgãos sobrevivem e crescem, e continuam a dar ao País uma contribuição significativa, cuja importância estratégica todos os brasileiros, cedo ou tarde, haveremos de reconhecer.

Mesmo porque o problema não é apenas de investimentos, recursos ou verbas. É, sobretudo, um problema de consciência, de fé, de amor e de compromisso, em relação ao primado da inteligência e da cultura na construção do futuro da Nação.

Dessa consciência e dessa fidelidade temos um exemplo marcante no trabalho dedicado e pertinaz que vem sendo desenvolvido neste Instituto, há muitos anos, e, em particular, na vida exemplar e profícua do meu antecessor o Prof. JOÃO BATISTA SARAIVA LEÃO.

V — O EXEMPLO DE SARAIVA LEÃO

Das qualidades morais e intelectuais do Prof. SARAIVA LEÃO, de sua competência e modéstia, de sua dedicação à medicina e às letras, dão-nos conta os que o conheceram de perto.

Infelizmente não tive esse privilégio. Por isso, permito-me usar as palavras do próprio SARAIVA LEÃO, ao discorrer

sobre o BARÃO DE STUDART: "Pena é, senhores, que venha empanar o brilho desta solenidade, o desatavio de minha palavra manca e a falta de conhecimento pleno da vida e da obra deste homem".

Valho-me dos registros do Instituto para um breve escorço biográfico.

JOÃO BATISTA SARAIVA LEÃO nasceu na cidade de Quixeramobim a 25 de dezembro de 1895. Veio muito jovem residir em Fortaleza para poder estudar. Como pretendia dedicar-se à medicina foi para a Bahia, onde concluiu o seu curso médico em 1932.

Para chegar a isso, porém, teve de trabalhar, para o seu sustento e o da mãe viúva, como caixeiro, tipógrafo, encadernador, auxiliar de escritório e telegrafista.

Depois de formado, voltou para Fortaleza e montou uma clínica particular de Otorrinolaringologia, sua especialidade. Dados os seus profundos conhecimentos da ciência médica foi convidado para assumir a disciplina de Anatomia na Faculdade de Odontologia do Ceará, em 1933. No ano de 1948, juntamente com alguns colegas idealistas, conseguiu realizar o sonho de trazer para Fortaleza uma Faculdade de Medicina, da qual foi seu primeiro Diretor, eleito por unanimidade.

Foi indicado também para assumir a cadeira de Anatomia da recém fundada Faculdade. Mais tarde, pretendendo dedicar-se inteiramente à formação de novos médicos e, paralelamente, dirigir a clínica de otorrinolaringologia da Santa Casa de Misericórdia, num grande trabalho de assistência à população pobre, resolveu fechar sua clínica particular.

Aposentou-se em 1966 quando recebeu das mãos de seus colegas e dos professores da Faculdade de Medicina, como gratidão e homenagem ao seu brilhante desempenho, o título de primeiro Professor Emérito da Faculdade de Medicina da UFC.

Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: **"Capistrano de Abreu, Reminiscências, Antonio Conselheiro, Fernandes Távora, O Amazonas que eu vi, Aspectos da Amazônia, Barão de Studart"**.

Foi membro do Instituto do Ceará de junho de 1955 até seu falecimento em dezembro de 1977.

Dele podemos dizer que cumpriu sua missão e que, ao partir do nosso convívio, deixou-nos o seu legado mais valioso — o seu exemplo, e um paradigma de honradez, devotamento ao bem comum e amor à ciência e à cultura, tendo realizado aquele ideal supremo de que nos fala MENOTTI DEL PICCHIA:

> "É mister transformar a vida, essa migalha
> de tempo, no furor de uma insone batalha
> dentro do acaso, da surpresa, errando a esmo,
> até alçar-se ao ideal de vencer-se a si mesmo
> atingindo a emoção do milagre divino
> de quem cria, por si, o seu próprio destino".

VI — EPÍLOGO

Meus Senhores:

Tenho muitos motivos para sentir-me honrado e feliz, neste momento: a importância que atribuo a este Instituto, e o respeito que tenho pelos que o integram; a veneração que tributamos à memória do meu antecessor; a presença de tantos amigos e companheiros de ideal; a saudação eloqüente e generosa do orador que me antecedeu.

Por tudo isso, quero agradecer-lhes a todos, e, em particular, ao digno Presidente desta Casa, General CARLOS STUDART FILHO, que tanto têm lutado para preservar as gloriosas tradições do Instituto do Ceará e cujos dotes intelectuais não lhe empanaram as qualidades humanas, de que deu mostras na paciência com que tolerou os sucessivos adia-

mentos desta posse que, em função de outros deveres profissionais, fui obrigado a solicitar.

Quero agradecer aos meus consócios ARRUDA FURTADO, FERNANDO CÂMARA e novamente ao General CARLOS STUDART a iniciativa de proporem o meu nome para membro do Instituto.

Impõe-se-me, também, um agradecimento especial ao ilustre Governador VIRGÍLIO TÁVORA que, a despeito de uma agenda carregada de compromissos e pesadas responsabilidades, fez questão de aqui comparecer, para dar um brilho maior a esta solenidade e, sobretudo, para vestir conosco a modesta toga de sócio do Instituto, e dizer, de forma eloqüente, que ela não deslustra, e antes engrandece, a sua já elevada posição de Governador do Estado.

Suas palavras, repassadas de elogios desproporcionais aos meus poucos méritos, quero debitá-las à amizade, recebê-las com humildade e registrá-las como um estímulo e um compromisso.

Dizia o suave Pe. MANUEL BERNARDES que "os homens, geralmente falando, queremos do benefício o que nos aproveita, e não o que nos obriga" (**Nova Floresta,** II tomo, pág. 109) e que "as nossas mãos são boas para aparar como pia e não para influir como bica" (172), mas que o agradecimento é dívida que até aos pobres se impõe.

E acrescenta o imortal escritor, no seu estilo límpido e sereno: "se muito tiveres, muito dá, e, se pouco, reparte também esse pouco com boa vontade" (174), pois "bem disse SANTO AMBRÓSIO que mais valia um dinheiro tirado do pouco que um tesouro tirado do máximo, porque se há de fazer o cômputo, não pelo que se dá, mas pelo que remanesce" (176).

Por isso, do muito que recebi, somente posso retribuir com o pouco que tiver — com o meu entusiasmo e o meu compromisso de trabalhar e lutar pelo nosso ideal comum de engrandecer e dignificar esta Casa, de modo a que ela possa contribuir, cada vez mais, para o desenvolvimento cultural do nosso Estado.